

O PROBLEMA DA UTOPIA *

Martin Jay**

O texto abaixo é uma intervenção de Martin Jay, que ficou renomado mundialmente a partir da publicação de seu livro *A Imaginação Dialética*, a respeito da obra de Russell Jacoby, um historiador e escritor crítico norte-americano, *O Fim da Utopia*. O texto de Jay apresenta algumas críticas corretas da obra de Jacoby, embora também cometa equívocos e apresente uma concepção limitada. O problema de base de Jacoby reside em suas bases teóricas, inspiradas em Marcuse, Adorno e no freudismo ortodoxo, e certa interpretação de Marx. Ele também se coloca, como Christopher Lasch e Terry Eagleton, como crítico das ideologias contemporâneas, mas, no entanto, suas bases teóricas e limites próprios acabam impedindo um avanço maior e uma explicação mais totalizante e radical, bem como sua alternativa é bastante frágil e padece dos mesmos problemas do leninismo. Nesse sentido, é preciso ler criticamente o texto abaixo de Martin Jay, bem como o livro comentado de Jacoby, pois ambos possuem limites intransponíveis, apesar de também trazerem boas contribuições para entender certos aspectos da contemporaneidade (*Revista Marxismo e Autogestão*).

Em 1967, Herbert Marcuse publicou um pequeno ensaio intitulado “*O Fim da Utopia*”, que hoje se lê como um documento de uma civilização há muito perdida. Argumentando contra o uso pejorativo da palavra como sinônimo do absurdamente irrealizável, ele sustentou que “há um critério válido para a possível realização, a saber, quando as forças materiais e intelectuais para a transformação estão tecnicamente disponíveis, embora sua aplicação racional seja impedida pela organização existente das forças produtivas. E nesse sentido, acredito, podemos realmente falar do fim da utopia hoje”.

Combinando fé na tecnologia com a confiança de que apenas o modo de produção capitalista, injusto, impede sua aplicação totalmente benéfica, Marcuse encapsulou a euforia inocente da década de 1960 em um glorioso momento de embriaguez revolucionária.

“Precisamente porque as chamadas possibilidades utópicas não são de todo utópicas, mas sim a negação sócio-histórica determinada do que existe”, concluiu ele, “uma oposição muito real

* Resenha do livro “*O Fim da Utopia*”, de Russell Jacoby, publicada originalmente no *London Review of Books*, Vol. 22, Num. 11, 01/Jun./2000. Tradução de Marcus Gomes.

** Martin Jay é um renomado historiador intelectual americano; Professor Emérito de História Europeia na Universidade da Califórnia em Berkeley; conhecido por seus estudos sobre a Escola de Frankfurt, teoria crítica, entre outros temas; é autor de *A Imaginação Dialética e Olhos Baixos*.

e pragmática é exigida de nós se quisermos tornar a nós mesmos e aos outros conscientes dessas possibilidades e das forças que as impedem e as negam”.

Uma geração depois, Russelll Jacoby, o crítico cultural americano e ex-marcusiano, toma emprestado – sem reconhecimento – o título de Marcuse para sua própria consideração do estado da utopia. Mas, em vez de proclamar que seu fim está próximo porque sua realização está próxima, ele lamenta o colapso do próprio impulso utópico, a esperança de que, de alguma forma, as coisas possam um dia ser radicalmente diferentes. O que existe, ao que parece, não tem uma “negação sócio-histórica determinada”, mesmo na imaginação subjetiva daqueles que um dia poderiam ter sonhado com um mundo radicalmente diferente. Todos nós passamos a abraçar o meliorismo sóbrio e filisteu de um Macaulay, cuja famosa piada em seu ensaio sobre Francis Bacon de que “um acre em Middlesex vale um principado em Utopia” é o credo, na visão de Jacoby, de nossa era cinicamente apática e seu pragmatismo míope. Embora ele admita prontamente que não tem um plano de ação para si mesmo, ele, no entanto, endossa a exortação frequentemente citada de Adorno em *Minima Moralia* para “contemplar todas as coisas como elas se apresentariam do ponto de vista da redenção”.

Mas como exatamente as coisas se parecem desse ponto de vista elevado? O que realmente significaria uma forma de vida redimida deste lado da divisão mundano/extramundano? Assim que Jacoby insinua sua própria versão de redenção, os problemas começam. Pois, em vez de nos dizer o que pode estar no fim do arco-íris, ele passa a maior parte do tempo em *O Fim da Utopia* ensaiando uma crítica corriqueira, feita com mais frequência hoje em dia por conservadores do que por radicais, do multiculturalismo em oposição ao universalismo, da cultura de massa em oposição à alta cultura e do esteticismo pós-modernista em oposição a um conceito não irônico de verdade. O livro também é um apelo ao intelectual solitário, não influenciado pelas demandas do mercado acadêmico, que foi vilipendiado por populistas de esquerda e de direita, um apelo que os leitores de outras obras de Jacoby acharão assustadoramente familiar. Pois somente uma figura tão heroica, ele sugere, pode ousar deixar seu acre em Middlesex para trás e fantasiar sobre um futuro radicalmente diferente.

Mas quando Jacoby realmente identifica tal herói, cuja visão utópica ele endossa, o resultado é um tanto decepcionante, pois ele se revela – segurem seus chapéus – ser Matthew Arnold. “O crítico do século XIX denunciou a cultura de sua época em nome de algo melhor, uma cultura mais reflexiva e elegante”, observa Jacoby com aprovação. “Hoje, a maioria dos observadores e

acadêmicos rejeita isso como ingênuo e elitista. Ao confundir crítica e elitismo, eles se recuam para um mundo sem saída”. Essa saída, afirma ele, pode de alguma forma ser encontrada no plano de Arnold de levar alta cultura às massas por meio da democratização da reforma educacional. Arnold, ele nos informa com sinceridade, “acreditava que o Estado deveria assumir a responsabilidade pela educação do povo e, na verdade, pela cultura em geral”.

Embora se esforçasse para demonstrar que Arnold era um igualitário com os mais puros instintos democráticos, Jacoby nunca se questiona sobre as implicações potencialmente autoritárias de uma alta cultura que “deve ser universal ou não é nada”. Tampouco confronta o argumento — tão antigo quanto o ensaio de Marcuse de 1937 sobre “*O Caráter Afirmativo da Cultura*” e tão contemporâneo quanto “*Cultura e o Estado*”, de David Lloyd e Paul Thomas, de 1998 — de que tal cultura, quando oficialmente patrocinada até mesmo pelo Estado mais benevolente e esclarecido, pode facilmente servir para manter um status quo nada utópico.

Se há uma ausência embaraçosa de imaginação utópica em um livro que critica ruidosamente o fracasso em pensar com ousadia sobre um futuro diferente, não faltam tentativas de fazê-lo nas antologias recentes editadas por John Carey e Catriona Kelly. Como todas essas coleções de fragmentos de uma ampla variedade de fontes, eles inevitavelmente refletem as predileções de seus editores, em vez de uma lista canônica de candidatos para inclusão. A antologia Kelly, na verdade, é mais uma coleção de manifestos, poemas, histórias, imagens e ensaios críticos, escritos durante os anos de experimentação modernista imediatamente antes e depois da Revolução Bolchevique, do que uma amostra de textos explicitamente utópicos. Apenas a mais liberal das interpretações admitiria a relevância de muitas entradas sob a rubrica; na verdade, alguns são desoladamente distópicos, enquanto outros são meros exemplos de disputas literárias há muito esquecidas. Embora seja útil para alunos de 20 Literatura russa do século XX, as utopias de Kelly parecerão um caso de propaganda enganosa para aqueles que esperam encontrar inspiração para o pensamento ousado, cuja ausência Jacoby lamenta.

O compêndio Faber de John Carey é outra questão¹. Começando com um poema egípcio antigo intitulado “*O Conto do Marinheiro Naufragado*”, de 1940, inclui fragmentos de uma centena de fantasias utópicas de um tipo ou outro, terminando com uma projeção de 1998 das consequências da engenharia genética por Lee Silver, chamada “*Refazendo o Éden*”. Além de

¹ Jay se refere ao livro “*The Faber Book of Utopias*”, um compêndio da editora Faber e Faber, entre diversos outros, dedicado ao tema da Utopia e organizado por Carey (Nota do Tradutor).

todos os suspeitos de sempre – More, Campanella, Bacon, Rousseau, Mercier, Saint-Simon, Cabet, Owen, Fourier, Morris, Bellamy, Wells, Skinner – e algumas alternativas inesperadas – Dickens (estranhamente representado por uma diatribe contra a ideia do Bom Selvagem), Tennyson, Kipling, Conrad, Lawrence, Yeats – Carey apresenta uma gama maravilhosamente rica de escritores obscuros de muitas culturas e épocas diferentes, praticamente todos com imaginações vívidas do melhor de todos os mundos possíveis (ou, em alguns casos, seus opostos distópicos).

O que eles compartilham, ele aponta ironicamente, é o desejo “em maior ou menor grau, de eliminar pessoas reais”. Os meios para isso, é claro, diferem amplamente, variando desde o domínio dos frenologistas em “*Viagens em Phrenologasto*”, de John Trotter, publicado em 1829, até a ingestão da poção mágica Vril – homônimo parcial da bebida Bovril, que mais tarde se tornou realidade – em “*A Raça que se Aproxima*” (1871), de Bulwer Lytton. Algumas medidas são mais draconianas do que outras, incluindo a fantasia genocida de More de destruir os belicosos venalianos, que ele considera “escória imunda” – Carey os identifica provisoriamente como os suíços – que devem ser varridos da face da Terra. Algumas são mais malucas do que outras, talvez as mais bizarras sejam as árvores falantes em “*Viagem ao Mundo Subterrâneo*” (1741), de Ludwig Holberg, de Niels Klim, que punem qualquer conversa sobre teologia ou metafísica com banimento ou sangramento cirúrgico. Outras são mais sombrias do que atraentes, como, por exemplo, a supressão do sexo em favor de nascimentos virginais (“*Herland*”, de Charlotte Perkins Gilman, publicado em 1915) ou a supressão da liberdade pelo condicionamento comportamental (“*Walden II*”, de B.F. Skinner, publicado em 1948). Em oposição a elas, estão fantasias de abundância absoluta e desejo irrestrito, mais notoriamente concretizadas nos falanstérios que Fourier tentou em vão inspirar.

Embora seja impossível discernir um padrão único na profusão de imaginações utópicas contidas nessas coleções, é impressionante ver como muitas buscam a perfeição por meio de alguma forma de manipulação genética ou higiene pública. A República é inflexível na negação de tratamento médico aos doentes e intemperantes, para que não gerem bebês doentes; Tácito admirava muito a proibição tribal germânica ao casamento inter-racial como forma de prevenir a contaminação. Muitos utopistas buscaram reparação em linhas semelhantes para as falhas de nossa existência como criaturas. A obra darwinista social *Antecipações*, de H.G. Wells, de 1901, clama explicitamente pelo extermínio dos “inaptos”. Até mesmo fantasias feministas, como *Nova Amazônia* (1889), de Elizabeth Burgoyne Corbett, sentiam-se no direito de excluir aqueles que

revelassem “o menor traço de doença ou malformação”.

Diante desse contexto, isso é menos chocante do que seria encontrar um trecho de Mein Kampf incluído na antologia de Carey e descrito como “o ápice da grande tradição utópica que começa com Platão”. Afinal, Hitler não teria tido problemas em endossar a assustadora profecia de Wells de que os homens da Nova República também não seriam melindrosos ao enfrentar ou infligir a morte, porque teriam uma noção mais ampla das possibilidades da vida do que nós. Teriam um ideal que faria valer a pena matar; como Abraão, teriam fé para matar e não teriam superstições sobre a morte.

Embora Jacoby resista desdenhosamente à inclusão do nazismo no pensamento utópico, afirmando que isso envolveria “esticar a utopia até que ela perca o sentido”, não há dúvida de que, mesmo que Matthew Arnold a considerasse apavorante, ela merece um lugar na tradição, ao lado de todas as outras políticas de redenção antipluralistas, antirrelativistas e monoculturalistas. *A República* de Platão foi, afinal, a obra de teoria política mais lida no Terceiro Reich.

Há, no entanto, uma última reviravolta irônica nessa conjunção, que é trazida à tona pelo notável estudo de Robert Proctor sobre a Guerra Nazista contra o Câncer. Proctor, autor de um relato anterior dos crimes de higiene racial nazistas, agora apresenta uma história surpreendente – e totalmente sem remorso – do reverso da moeda. Sem minimizar ou relativizar de forma alguma os males da eutanásia médica ou do genocídio, Proctor mostra que a obsessão nazista em nutrir um povo ariano “saudável” levou a um trabalho científico sério em saúde pública que só pode ser chamado de progressista em suas implicações. O nazismo, ele aponta, foi “um vasto experimento higiênico projetado para concretizar uma utopia sanitária excludente”. Sua abjeção paranoica e genocida dos corpos “contaminados” que “poluíam” o pool genético foi acompanhada por uma “limpeza” muito mais construtiva de sua própria etnia fantasmática. Em outras palavras, buscava exorcizar não apenas os cânceres metafóricos do corpo político, mas também os literais que realmente colocavam em risco a saúde do povo alemão.

O resultado foi uma iniciativa de pesquisa enérgica, dirigida pelo Estado, para compreender os perigos de riscos ambientais como o amianto, reduzir o alcoolismo e promover práticas nutricionais saudáveis. Uma vez que os perigos para a saúde foram percebidos, o regime lançou uma campanha concertada – expressa no vocabulário de “esclarecimento público”, que parece tão anátema para a criação de mitos românticos no cerne do movimento – para mudar os maus hábitos. Acima de tudo, significou uma guerra preventiva contra o tabaco, libertando o povo alemão de um

vício com ligações a doenças que foram inicialmente estabelecidas por cientistas como Fritz Linint, que floresceu durante a era nazista. O vigoroso ataque contra o tabagismo que se seguiu, incluindo a proibição de anúncios e o aumento dos impostos sobre cigarros, explorou o curioso fato de que Hitler, Franco e Mussolini se abstiveram, enquanto Churchill, Roosevelt e Stalin raramente eram vistos sem um charuto, cigarro ou cachimbo entre os lábios.

Embora Proctor tenha o cuidado de apontar as divisões e divergências dentro do establishment médico nazista e mostre que uma linha tênue separava o charlatanismo da ciência séria, o efeito avassalador de sua pesquisa é nos conscientizar de que uma série de impulsos utópicos eram inextricáveis dos impulsos distópicos tão vívidos em nossas memórias. Proctor sabe que alguns interpretarão seu argumento como evidência de que as campanhas antitabagismo são de alguma forma inerentemente nazistas por natureza e, de fato, ele registra a ironia de que seu efeito na Alemanha do pós-guerra foi diminuído precisamente por essa ligação. Uma aversão semelhante por tudo o que estava associado ao regime nazista também retardou o reconhecimento de que havia agentes cancerígenos no pó de amianto.

Nenhuma fórmula simples consegue captar as implicações intrincadas do projeto utópico. Não se trata mais de um exercício inocente de resistência imaginativa ao status quo do que de uma receita infalível para a dominação totalitária. É tentador dizer que as utopias nos seduzem enquanto não se tenta concretizá-las, mas a lição inesperada do livro de Proctor é que alguns efeitos positivos podem surgir, mesmo quando o experimento do mundo real se torna profundamente azedo. Nesse sentido, a lamentação de Jacoby sobre o fim da utopia, apesar de toda a sua simplificação exagerada das questões, não é desprovida de mérito.

No geral, porém, uma releitura das complexidades do nazismo não acrescenta realmente peso ao lamento de Jacoby. Talvez o principal problema, como Hannah Arendt apontou há muito tempo em *A Condição Humana*, seja que o utopismo se baseia no tipo de pensamento político que se baseia no modelo do homem no singular como homo faber, que pode fabricar seu mundo, em vez de homens no plural como atores políticos que só podem contestá-lo de um ponto de vista parcial. Não é surpreendente encontrar Jacoby lamentando a moda atual do pluralismo como um sinal da degeneração da imaginação utópica:

O pluralismo retorna enquanto o radicalismo declina. E isso não é totalmente questionável. Nem todas as épocas geram ideias ousadas sobre a sociedade. Em suas diversas formas, talvez o pluralismo seja o melhor que nossa era tem a oferecer. No entanto, o recuo é apresentado como

um avanço impressionante. Uma ideia familiar, embora não banal, o pluralismo, é apelidada de vanguarda. Pintado com “cultura” ou batizado de multiculturalismo, torna-se uma mitologia do nosso tempo.

Do ponto de vista da redenção, o pluralismo parece, de fato, uma papa rala, mas para aqueles que se contentam em ver o messias demorar um pouco mais, será uma fonte de algum alívio. Pode ser verdade, como Wilde insistiu em “*A Alma do Homem sob o Socialismo*”, que “um mapa-múndi que não inclua a Utopia não vale nem a pena ser olhado, pois deixa de fora o único país em que a Humanidade está sempre aterrissando”. Mas o que precisa ser lembrado é que tal mapa deve incluir muitos “alguns lugares” imperfeitos — aqueles acres não redimidos em Middlesex que oferecem um refúgio dos “lugares nenhum” cujas notícias, infelizmente, nem sempre são tão boas.